

Muito além dos fragmentos

JORNAL DE BRASÍLIA 16 JUL 1996
DILVO I. RISTOFF

Educação

Tramita no Congresso um projeto de lei para a educação que propõe, entre outros, criar instituições de ensino pós-secundário com o objetivo de "formar profissionais aptos a exercerem atividades específicas de tecnólogos de nível superior nos setores primário, secundário e terciário da economia". O projeto vem sendo preparado há mais de um ano e, méritos à parte, por alguma razão misteriosa, transita quase na clandestinidade, como se o assunto nada tivesse a ver com a educação superior.

Assessores diretos do ministro Paulo Renato, no entanto, têm deixado claro e de público que "precisamos de um sistema de ensino superior que abranja não apenas universidades". E esclarecem: "A partir da segunda guerra, a demanda que era de 2% no setor passou para 30, 40, 50 e até 70% nos Estados Unidos. As universidades não têm condições de atender a esse tipo de ensino porque é extremamente caro e desnecessário. E bom ensino pode ser feito também em grandes "écoles", versão francesa dos "colleges" americanos e CFETs brasileiros.

Mesmo que deixemos "o tal Estados Unidos qual Brasil" de

lado, ou que esqueçamos a coincidência da proposta com a recomendação do Banco Mundial de maior diversificação pós-secundária nos países em desenvolvimento, fica evidente que há uma concepção global de "sistema" de educação superior subjacente aos projetos que estão sendo apresentados aos nossos representantes no Congresso. O problema é que, apresentados de forma fragmentada, a visão de sistema escapa à comunidade universitária nacional e, provavelmente, aos senhores deputados e senadores. Esta visão, no entanto, precisar ser explicitada e avaliada, sob pena de termos um sistema construído a partir das mentes de alguns iluminados. Pode até dar certo, mas os exemplos da história recente demonstram "ad nauseam" que a educação é coisa séria demais para ficar unicamente nas mãos dos governantes. Os projetos para a educação do País, para serem duradouros, precisam ser coletivamente construídos, precisam ser programas, programas articulados entre si, legitimados pela comunidade acadêmica e pelos quais todos se sintam responsáveis. Só assim, o comprometimento coletivo e não a lealdade ideológica

de alguns ditará o que a educação superior deve ser.

As universidades têm obrigação de urgentemente conhecer a proposta global do MEC e tornar público o que pensam dela. Devem dizer se interessa ou não ao País e porque. Será que concordam com as funções a elas reservadas no novo esquema das coisas; no novo "plano mestre"? Ou o silêncio e concordância? Se não concordam, qual é a proposta alternativa? Qualquer que seja a resposta, as universidades não podem correr o risco de discutir apenas o seu território, o seu feudo, o seu hospital, o seu museu, o seu pedaço. Muito além das paróquias, passo a passo, medida provisória a medida provisória, lei a lei, o futuro da educação brasileira, para a felicidade do Banco Mundial, vai sendo redesenhadado. As universidades não podem continuar aceitando a pecha de serem apenas parte do problema; elas precisam tornar-se parte ativa da solução, antes que os fragmentos legislativos construam a sua ruína.

■ Dilvo I. Ristoff é professor titular do Cursos de Letras da Universidade Federal de Santa Catarina